

## **Comissão de Defesa do Consumidor**

### **PROJETO DE LEI Nº 671/2015**

Obriga as operadoras de telefonia fixa e móvel ao pagamento de multa em razão de danos decorrentes da ineficiência em garantir a privacidade de seus usuários.

**Autor:** Deputado William Woo

**Relator:** Deputado Marcos Rotta

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei prevê o pagamento de multa pelas operadoras de telefonia fixa e móvel em razão de danos decorrentes da ineficiência em garantir a privacidade de seus usuários.

Busca obrigar as operadoras a implantar meios de toda e qualquer natureza que assegurem a privacidade dos usuários quanto ao acesso a seus dados e às comunicações realizadas por meio do suporte telefônico.

Finalmente, impõe que o valor da multa será de 10.000 (dez mil) salários mínimos.

Justifica o Ilustre autor que o direito a privacidade, garantido no art. 5, X, da Constituição Federal, é violado, visto que as companhias telefônicas pouco fazem para coibir as ações criminosas que afligem a população e que, funcionários das mesmas auxiliam as “forças do mal” ao serem cúmplices de suas investidas à privacidade do povo. Enfatiza que essas empresas permanecem impassíveis e inertes diante de tamanhas irregularidades, e que mesmo sabendo da fragilidade de seus sistemas, nada fazem para melhora-los e torná-los mais seguros e confiáveis.

Cumprе ressaltar que tal propositura já foi apreciada, em 2008/2009, por esta Comissão e pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicações e Informática, sendo arquivada nos termos do artigo 133 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O PL será apreciado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## **II – Voto do Relator**

Apesar da grande preocupação, externada pelo autor da proposta, com o bem jurídico o qual visa resguardar, a matéria já encontra guarida em diversos instrumentos legais.

A Constituição Federal estabeleceu expressamente que a intimidade da pessoa deve ser protegida, inclusive sua privacidade de comunicação através dos diversos meios, dentre os quais, os telefônicos:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

*X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;*

*(...)*

*XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.*

Na mesma esteira, a Lei Geral de Telecomunicações – LGT (Lei n. 9.472/97) prevê, no artigo 3º, a privacidade de seus usuários, conforme dispõe:

*Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações tem direito:*

*(...)*

*V – à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucionais e legalmente previstas;*

*(...)*

No que tange aos danos causados pela quebra do sigilo telefônico o assunto já encontra guarida no artigo 186 e 927 do Código Civil:

*Art. 186 Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

*Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente*

*desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.*

Portanto, resta claro que esta matéria já encontra proteção em nosso ordenamento jurídico, tanto na Constituição Federal como na legislação infraconstitucional.

Além disso, a propositura institui uma multa no valor de 10 mil salários mínimos, tal imposição é inconstitucional, visto que a Carta Magna veda qualquer vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

*“Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além dos outros que visam à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*IV – salário-mínimo, fixado em lei nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;”*

Pelos motivos acima expostos, voto pela rejeição do Projeto de Lei n. 671, de 2015.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2015.

Deputado Marcos Rotta – PMDB/AM  
RELATOR